

assegurando assim uma permanente atualização da informação presente na base de dados e a agilização da gestão do pagamento de ajudas ou prémios a este setor, com todas as vantagens daí decorrentes para os beneficiários e para a administração pública.

Concretiza-se, assim, mais uma importante fase do plano de ação, criando-se as condições necessárias para, no âmbito da detenção e circulação dos animais, evoluir na desmaterialização do registo de existências e deslocações de ovinos e caprinos.

Assim, considerando o disposto no Regulamento (CE) n.º 21/2004, do Conselho, de 17 de dezembro, que estabelece um sistema de identificação e registo de ovinos e caprinos, obrigatório em todos os Estados-Membros, e no Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 214/2008, de 10 de novembro, 316/2009, de 29 de outubro, 85/2012, de 5 de abril, 260/2012, de 12 de dezembro, 81/2013, de 14 de junho, e 123/2013, de 28 de agosto, que cria o Sistema Nacional de Informação e Registo Animal (SNIRA), determino o seguinte:

1 — Os detentores de ovinos e caprinos devem comunicar à base de dados do SNIRA, através da plataforma *idigital*, todos os desaparecimentos, bem como as mortes ocorridas na sua exploração, quando os respetivos cadáveres não tenham sido recolhidos pelo Sistema de Recolha de Cadáveres de Animais Mortos na Exploração (SIRCA).

2 — Os detentores dos animais da espécie ovina e caprina devem identificar, nos termos do artigo 2.º do anexo II ao Decreto-Lei n.º 142/2006, de 27 de julho, os seus animais até à idade de 6 ou 9 meses no caso das

explorações em regime extensivo ou ao ar livre, ou proceder à sua reidentificação, não podendo os animais deixar a exploração sem estarem identificados ou reidentificados.

3 — Os códigos dos animais identificados ou reidentificados eletronicamente nos termos do número anterior devem ser comunicados à base de dados do SNIRA, através da plataforma *idigital*.

4 — As comunicações referidas nos n.ºs 1 e 3 devem ser efetuadas no prazo de sete dias úteis a contar das respetivas ocorrências.

31 de janeiro de 2014. — A Ministra da Agricultura e do Mar, *Maria de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*.

207590035

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte

Despacho (extrato) n.º 1878/2014

Em cumprimento do estabelecido na alínea *d*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 37.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, e alterações subsequentes, torna-se pública a Cessação do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, por Tempo Indeterminado, em 31 de dezembro de 2013, ao abrigo do Programa de Rescisões por Mútuo Acordo regulamentado pela Portaria n.º 221-A/2013, de 8 de julho dos trabalhadores do Mapa de Pessoal da DRAP-Norte, a seguir indicados:

Nome	Carreira/Categoria	Posição remuneratória	Nível remuneratório
Ana Paula Pires	Assistente Técnico	3. ^a	8
António José Simões Lopes dos Santos	Assistente Técnico	Entre a 8. ^a e a 9. ^a	Entre o 13 e o 14
Felisbela Alexandra de Melo Pires Friões	Assistente Técnico	Entre a 3. ^a e a 4. ^a	Entre o 8 e o 9
Fernanda Maria Cordeiro Rodrigues Costa	Assistente Técnico	Entre a 1. ^a e a 2. ^a	Entre o 5 e o 7
Helena Maria da Silva Mendes Lage	Assistente Técnico	Entre a 8. ^a e a 9. ^a	Entre o 13 e o 14
Isabel Ferreira da Silva da Costa Correia	Assistente Técnico	12. ^a	17
Maria Glória Martins Cerqueira Fernandes	Assistente Técnico	4. ^a	9
Domingos António da Silva Aguiar	Assistente Operacional	9. ^a	9
Maria Luisa Cunha Castro	Assistente Operacional	3. ^a	3
Maria Rosa Silva Gonçalves Fernandes	Assistente Operacional	Entre a 2. ^a e a 3. ^a	Entre o 2 e o 3

21 de janeiro de 2014. — A Diretora de Serviços de Administração, *Adília Josefina Ribeiro Domingues*.

207562382

Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.

Deliberação (extrato) n.º 171/2014

Considerando que:

Em 01 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio;

É necessário nomear o dirigente da divisão de Conservação da Biodiversidade, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o conselho diretivo deliberou, em reunião de 13 de setembro de 2013 por unanimidade, nomear, no cargo de chefe de divisão de Conservação da Biodiversidade, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 16 de setembro de 2013, a doutorada Ana Margarida Torres Rainho, técnica superior afeta ao mapa de pessoal deste Instituto, a qual reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação.

15/12/2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

ANEXO

Nota Curricular

Departamento de Recursos Naturais e Conservação da Natureza

Divisão de Conservação da Biodiversidade

Nota curricular — Ana Margarida Torres Rainho

Data de nascimento: 06 de novembro de 1971.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Biologia — Recursos Faunísticos e Ambiente pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 1995;

Mestrado em Geographical Information Systems pela School of GeoSciences da Universidade de Edinburgh, em 2005;

Doutoramento em Ecologia pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, em 2013.

Atividade profissional:

Desde 2012 — técnica superior na Divisão de Conservação da Biodiversidade, no Departamento de Recursos Naturais e Conservação da Natureza do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, Lisboa;

2007 a 2012 — técnica superior na Unidade de Espécies e Habitats, no DCGB ICNB, Lisboa;

1998 a 2007 — técnica superior na Divisão de Habitats e Ecossistemas, na DSCN ICN, Lisboa;

1994 a 1998 — técnica superior na Divisão de Espécies Protegidas, na DSCN ICN, Lisboa.

Experiência profissional mais relevante — no âmbito das funções exercidas na Administração Pública desenvolveu atividades no domínio das áreas da aquisição e gestão de conhecimento técnico e científico sobre valores naturais classificados, particularmente sobre quirópteros. Preparação de bases de dados, livro vermelho, de relatórios técnicos, manuais

de boas práticas e recomendações no âmbito da monitorização de projetos implementação de infraestruturas diversas, também relativos a este grupo faunístico. Avaliação de processos de impacto ambiental.

Ao nível da coordenação de projetos, são de salientar:

2013 — ‘National data coordinator’ da resposta de Portugal ao artigo 17.º da Diretiva Habitats (relativo ao período 2007-2012);

2011-2014 — Atlas dos morcegos de Portugal continental;

2011-2012 — Dinamização da campanha das Nações Unidas e EUROBATS “2011-2012 — Ano do Morcego” em Portugal.

2004-2006 — Coordenação da Ação 5 “Monitorização de impactos das actividades agro-silvo-pastoris sobre as populações de quirópteros do Sítio de Monfurado com vista à elaboração de Planos de Gestão”. Ação integrada no Projeto Life GAPS — Gestão Ativa e Participada do Sítio de Monfurado (LIFE03/NAT/P/000008).

2003-2005 — Grupo dos quirópteros, na comissão de autores da Revisão do Livro Vermelho de Vertebrados de Portugal.

1999-2003 — Protocolo entre a EDIA e o ICN para a realização de “Ações de Conservação de morcegos na área de regolfo de Alqueva + Pedrógão”. Coordenação dos subprojetos de minimização de impactos e educação ambiental na área de regolfo de Alqueva.

207566027

Deliberação (extrato) n.º 172/2014

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 23, de 1 de fevereiro de 2013, e pela deliberação n.º 1122/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio de 2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 97, de 21 de maio de 2013;

É necessário nomear o dirigente do Gabinete de Auditoria e Qualidade, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar:

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o conselho diretivo deliberou, em reunião de 22 de agosto de 2013 por unanimidade, nomear, no cargo de chefe de divisão do Gabinete de Auditoria e Qualidade, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 1 de setembro de 2013, a licenciada Rute Alexandra Caldeira Felizardo, técnica superior afeta ao mapa de pessoal do Município de Lisboa, a qual reúne os requisitos legais e é detentora de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação.

15 de dezembro de 2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

ANEXO

Nota curricular

Gabinete de Auditoria e Qualidade

Nota curricular — Rute Alexandra Caldeira Felizardo

Data de nascimento: 7 de novembro de 1974.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada, em 1997;
Pós-graduação em Ciências Jurídico-Públicas pela Universidade Católica de Lisboa, em 2000.

Experiência profissional:

Fevereiro de 2013 a agosto de 2013 — assessora jurídica no gabinete do vice-presidente e vereador responsável pelos pelouros do Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística, do Património e das Obras, da Câmara Municipal de Lisboa;

Junho de 2011 a janeiro de 2013 — técnica superior jurista e advogada no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa;

Novembro de 2009 a maio de 2011 — assessora jurídica no gabinete do vereador responsável pelos pelouros da Ação Social, Educação, Juventude e Desporto, da Câmara Municipal de Lisboa e no gabinete do diretor municipal com as mesmas áreas;

Fevereiro de 2009 a outubro de 2009 — assessora jurídica no gabinete da vereadora responsável pelo pelouro dos Abastecimentos, da Câmara Municipal de Lisboa;

Junho de 2007 a janeiro de 2009 — técnica superior jurista e advogada no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa;

Fevereiro de 2007 a maio de 2007 — assessora jurídica no gabinete do presidente da Câmara Municipal de Lisboa;

Dezembro de 2005 a janeiro de 2007 — assessora jurídica no gabinete do vice-presidente e vereador responsável pelos pelouros das Finanças, Património, Comércio e Abastecimentos, Turismo e Empresas Municipais, da Câmara Municipal de Lisboa;

Julho de 1999 a novembro de 2005 — técnica superior jurista e advogada no Departamento Jurídico da Câmara Municipal de Lisboa.

Formação profissional mais relevante:

Estágio da Ordem dos Advogados concluído com aproveitamento;

Participação em diversas ações de formação complementar e de aperfeiçoamento profissional, relacionadas com as atividades exercidas, onde se destaca a formação em áreas do direito administrativo, nomeadamente: contratação pública — formação dos contratos; sistema integrado de avaliação do desempenho na Administração Pública; regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial; regime jurídico das contraordenações; regime jurídico da urbanização e da edificação; contencioso administrativo e os princípios conformadores da atividade administrativa.

207566043

Deliberação (extrato) n.º 173/2014

Considerando terem sido cumpridas todas as formalidades legais inerentes ao procedimento concursal de recrutamento e seleção para provimento do cargo de direção intermédia de 1.º grau de Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Centro, aberto pelo Aviso n.º 12079/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 187, de 27 de setembro de 2013, e publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE 201310/0010;

Considerando ainda que, ponderados os resultados apurados, designadamente pela aplicação dos diversos métodos de seleção, na ata final que integra o respetivo procedimento concursal o júri propôs a designação do candidato Rui Manuel da Costa Melo, por ter demonstrado possuir o perfil, experiência e conhecimentos mais adequados para o desempenho do cargo posto a concurso, conforme também se constata pela síntese curricular em anexo,

Em cumprimento do disposto no n.º 11 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de agosto, na redação atual, torna-se público que o Conselho Diretivo do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P. deliberou, na sua reunião de 13 de dezembro de 2013, por unanimidade dos membros presentes e nos termos do disposto no n.º 9 do citado preceito legal, prover no cargo de Diretor do Departamento de Conservação da Natureza e das Florestas do Centro, em comissão de serviço e pelo período de três anos o licenciado Rui Manuel da Costa Melo, pertencente à carreira técnica superior do mapa de pessoal da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro.

16/12/2013. — O Vogal do Conselho Diretivo, *João Rosa*.

ANEXO

Nota curricular

Nome — Rui Manuel da Costa Melo.

Data de nascimento: 24 de abril de 1971.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Engenharia Florestal 1990-1995 na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

Atividade profissional:

De 09/01/1995 a 10/04/1995 — Escola Secundária de Seia;

Docente com a categoria de Professor Contratado do 11.º Grupo B.

De 01/04/1995 a 30/06/1995 — Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro;

Docente da disciplina de Silvopastorícia na licenciatura em Engenharia Florestal.

De 01/07/1995 a 13/10/2009 — Instituto de Financiamento e Apoio da Agricultura e Pescas (IFADAP) — Serviço Regional da Guarda. Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro (DRAPC) — DSIC/DPAAP Guarda.

Funções técnicas na análise, acompanhamento e controlo de projetos de investimento.

De 13/10/2009 a 04/10/2012 Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro — (DRAPC) — DSIC/DPAAP — Guarda.